

# Entre o humanismo e o tecnicismo: a experiência do jornal-laboratório e do estágio universitário como prática simulada e assistida<sup>1</sup>

*Between humanism and  
technicality: the experience of the  
newspaper-lab and supervised  
Internship as simulated and  
supported practice*

**Robson Dias\***

## RESUMO

Os cursos de formação profissional de jornalistas trabalham a dimensão humanística e tecnicista dos estudantes. Pedagogicamente, a experiência do labor

<sup>1</sup> A revisão e problematização apresentada no artigo são constituintes da tese *Prêmios em Jornalismo: paradigmas em transição*, elaborada sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Martins da Silva. Na pesquisa, o autor investigou 114 prêmios na cultura profissional do Jornalismo e mapeou este universo em 30 categorias, propondo teoricamente a figura dos *News Honors*, um lócus não visto ainda na *Teoria da Notícia*, na qual se enquadram os agentes que promovem indiretamente a normatização das rotinas produtivas por meio dos prêmios, no tocante aos limites cognitivos de Traquina (1993) e às rotinas cognitivas de Sousa (2003), somando este novo dispositivo ao processo de produção da notícia, classificados em Molotch e Lester (1974), como: *News Promoters*, *News Assemblers* e *News Consumers*.

\* Doutor em Comunicação, formado pela Universidade de Brasília (PPGFAC/UnB), Brasília, Brasil, a partir do vínculo com os seguintes projetos de pesquisa credenciados no CNPQ: *A ideia do pós-jornalismo* (2010-2013), *O jornalismo como teoria democrática* (2006-2010) e *Como o terceiro setor pauta a mídia* (2003-2006). Professor titular no mestrado *Stricto Sensu* em Comunicação da Universidade Católica de Brasília (PPGSSCOM/UCB), linha *Processos Comunicacionais nas Organizações*. O autor recebeu bolsa de pesquisa em doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E-mail: <r.ucbprofessor@gmail.com>

Data da submissão: 20/agosto/2013.

Data da aprovação: 11/novembro/2013

é vivida nos cursos de graduação pelo exercício do estágio universitário (prática assistida) e pela produção dos jornais-laboratório (simulação do cotidiano das redações). Designamos de *Fazer Jornalístico* as atividades inerentes à profissão de jornalista, por vezes, questionadas sobre sua dimensão humanista e tecnicista nas graduações dos cursos de Jornalismo e de Comunicação Social. A análise discute o papel do estágio profissional e do jornal-laboratório, resgatando tensões e incoerências neste contexto, tendo estes dois elementos como etapas de acesso à profissão.

**Palavras-chave:** Jornalismo. Estágio. Laboratório.

### ABSTRACT

Students in Journalism work their skills in humanistic and technicality dimension. Pedagogically, the practical performance emerges from the Newspapers-Lab or Intership experience. Often, the students are criticised about their technician or humanism profile. The analysis discusses the role of placement of these practices and their influence to the student career and learning skills. The article proposes a reflection on the tensions more than immediate conclusions about this universe. The goal is realize the meanings of these skill dimensions, Humanism and Technicality, represented by the Newspapers-Lab and Intership, like a practical method to increase the students performances in the academic courses environment.

**Keywords:** Journalis. Intership. Newspaper-Lab.

## Introdução

O artigo traz um breve panorama da questão do estágio universitário em Jornalismo (FILHO, 2008; OLIVEIRA, 2010; VALVERDE, 2006), além da questão pedagógica e estratégica dos jornais laboratoriais nos cursos de graduação (OLIVEIRA, 2007; PACHECO, 2011; VIEIRA, 2002; BERGAMIN, 2000; FILHO, 2008; FOLQUENING, 2001; ORLANO, 2006; SANTOS, 2006; SANTOS, 2007). A partir de uma revisão teórica de pesquisas sobre o tema, elaboradas na década de 2000.

A revisão teórica e problematização apresentadas, neste artigo, serviram de base para o enfrentamento do trabalho empírico da pesquisa de mestrado *A influência do prêmio Jornalista Amigo da Criança sobre o profissional de jornalismo: um estudo de caso*, trabalho feito sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Dione Oliveira Moura (presidente SPBJor: gestão 2011-2013), tendo o autor desempenhado a pesquisa com apoio de bolsa científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). O Estudo de Caso é de cunho nacional, histórico e documental, com formulários distribuídos a 346 jornalistas dispersos pelo

País, em amostragem de cunho quantitativo (10 questões) e qualitativo (duas questões).

Metodologicamente, o artigo é uma revisão teórica com as tensões levantadas por pesquisadores brasileiros na última década sobre a experiência do labor como prática assistida ou simulada, que, no âmbito da pesquisa e deste artigo, designamos de *Fazer Jornalístico*: atividades inerentes à profissão de jornalista, por vezes, questionadas sobre sua dimensão humanista e tecnicista nas graduações dos cursos de Jornalismo e de Comunicação Social. Esta alegoria do *Fazer Jornalístico* é um recurso apenas para agregar o universo da prática assistida e simulada numa mesma referência, sem a implicação da proposição de um novo conceito, mas, sim, de um recurso discursivo para o artigo. Ressalta-se que não consideramos quaisquer modalidades de ensino como “problemas” pedagógicos (no rigor da abordagem de alguns estudos em Educação). Entretanto, encaramos essas modalidades como “tensões” pedagógicas e comunicacionais: a prática assistida (estágio) e simulada (jornal-laboratório, agência de notícias, *house organ*, observatório de imprensa).

Na primeira e na segunda seção há uma caracterização histórica e com algumas questões pertinentes à estruturação dessas ferramentas e etapas na formação dos estudantes de jornalismo. Na terceira seção, abordaremos novas práticas que têm emergido no âmbito das graduações: as agências universitárias de notícias (1), os *house organs* universitários (2) e a leitura crítica de mídia por meio dos observatórios de imprensa (SELIGMAN, 2008; RODRIGUES, 2007; SAKATA, 2008; SOUZA, 2008) (3), no contexto do Ensino Superior em Jornalismo. Na abordagem, utilizaremos referencial teórico recente da pesquisa em Comunicação, Linguística e Educação, sem entrar em alguns questionamentos específicos de modo ostensivo, mas sempre referendando as tensões, pois o propósito é o de checar (in)coerências neste universo das práticas pedagógicas (assistida e simulada), nos cursos de formação.

## O estágio universitário: entre a (i)legalidade e a necessidade

Há momentos distintos da inserção do estágio na formação jornalística, no contexto brasileiro. Em 1969, o estágio universitário em Jornalismo foi regulamentado com a lei que criou a profissão. A partir deste marco, a prática da profissão assistida nas organizações acontecia dentro do estabelecido legalmente. Entretanto, 10 anos depois, em 1979, o estágio

foi proibido por lei. Decreto-lei 972/1969 (instituiu a profissão de jornalista no Brasil) e o Decreto 83.284/1979 (regulamentou questões que tinham ficado abertas na primeira norma).

Este período de 10 anos entre a primeira legislação (1969) e a segunda (1979) é caracterizado pela intensa descaracterização da ideia de estágio estudantil. A exploração de estagiários em empresas jornalísticas acontecia sem qualquer restrição. Durante o período citado, os empresários de Comunicação, em quase todo o território brasileiro, substituíram a mão de obra profissional pela estudantil, por ser mais barata.

Valverde (2006) considera o estágio em Jornalismo como tendo um papel pedagógico importante na formação dos novos jornalistas, preparando-os para as exigências do mercado de trabalho (VALVERDE, 2006, p. 7), tanto no passado como atualmente. Para o autor, a proibição do estágio para que não houvesse exploração limitou o exercício prático das técnicas jornalísticas ao ambiente acadêmico, mas não teve efeito absoluto no sentido de resguardar os estudantes, o que revela uma disparidade entre a norma e a realidade.

Até hoje, mais de 40 anos depois da regulamentação da profissão de jornalista, e mais de 30 anos depois da proibição do estágio estudantil, a prática de estágio é comum, assim como os programas de estágio (resultado de parceria entre as universidades e empresas, como é o caso do Curso Abril de Jornalismo).

O tema do estágio estudantil em Jornalismo sempre foi polêmico. Primeiro, foi estabelecido como legal; e, depois, com os abusos dos patrões no mercado de trabalho, foi tido como ilegal, o que ocasionou sua proibição. Some-se, ainda, o fato de que a lei que proibiu a prática do estágio não criou mecanismos para as entidades sindicais fiscalizarem tal prática. Um conflito de saltar os olhos: uma área profissional que precisa treinar seus estudantes; e um mercado que não pode oferecer estágio por motivo de lei que o restringe, mas que opera a oferta e a prática do estágio ainda que este seja visto como “ilegal” pela legislação, diante da sua necessidade para a formação de novas gerações de jornalistas. Sobre esta situação complexa, Valverde (2006) faz as seguintes constatações em relação ao anseio dos estagiários (1), jornalistas profissionais (2), professores de Ensino em Jornalismo (3) e sindicalistas (4) sobre o estágio na formação do jornalista:

1) Os ex-estagiários são favoráveis à obrigatoriedade do estágio, pois o consideraram fundamental para a sua formação, complementando os ensinamentos recebidos na escola, além de lhes possibilitar uma colocação no mercado de trabalho depois de formados.

2) Os jornalistas supervisores nas empresas jornalísticas também se manifestaram a favor da obrigatoriedade e apontaram a necessidade dos estudantes fazerem essa formação antes de atuar como profissionais, pois a maioria deles sai despreparada das universidades. Além disso, podem se certificar se essa é mesmo a profissão de desejam seguir.

3) Entre os coordenadores de Jornalismo dos cursos, os que se manifestaram favoráveis à obrigatoriedade ressaltaram a possibilidade dos alunos conviverem em uma redação com profissionais habilitados. Já os que se posicionaram contrariamente ressaltaram que, se isso acontecesse, teríamos inúmeros problemas, como a falta de vagas para todos os estagiários, além da possibilidade de “acertos” para se cumprir o estágio. 4) Nos depoimentos obtidos dos líderes sindicais também registramos, a posição contrária à obrigação do estágio, apesar de todos defenderem a existência da prática do estágio, de forma controlada, como sugerem e defendem os sindicatos de jornalistas e a Federação Nacional dos Jornalistas. Os motivos apresentados para a não obrigatoriedade concentram-se na atuação nociva de certas empresas que aproveitariam para explorar os estagiários como mão-de-obra barata, além da ocupação, por estudantes, de postos de trabalho de jornalistas habilitados. (VALVERDE, 2006, p. 118).

Valverde (2006) identifica um impasse: estudantes, professores e jornalistas profissionais são a favor da legalização do estágio. Somente o sindicato é contra. Segundo o autor, o fato de os Sindicatos se oporem à legalização do estágio não incorre na reprovação de sua prática propriamente dita. Não é comum haver denúncias sobre estudantes que estejam fazendo estágio (que pela letra da lei é proibido) ou que estejam sendo explorados, nem nos Sindicatos, nem na *Federação Nacional dos Jornalistas* (FENAJ).

Valverde (2006) faz questionamentos pertinentes em relação à resistência e à aceitação do estágio quanto a sua razão de existir no campo do Jornalismo:

1) Se os setores envolvidos são favoráveis ao estágio em Jornalismo [universidades, sindicato e empresas de comunicação], por que não estendê-lo a todos os estudantes, já que a sua validade e benefício são reconhecidos e recomendados?

2) A atual legislação não contempla o estágio como uma prática legal. É preciso buscar a sua modificação, trabalhando conjuntamente com as escolas de Jornalismo, as empresas de comunicação e os Sindicatos e a Federação Nacional de Jornalistas?

3) As empresas [de comunicação] não possuem um projeto de desenvolvimento de estágios, portanto é preciso elaborar, em conjunto com todos os setores envolvidos, um que atenda todos os preceitos pedagógicos? (VALVERDE, 2006, p. 180).

Valverde (2006, p. 181) afirma que o modelo brasileiro (contemporâneo) de estágio em Jornalismo tem condições até de ser exportado. Para o autor, a formação específica em nível superior é o caminho certo, defendido por inúmeros profissionais gabaritados e pesquisadores competentes, servindo até de modelo para outros países, como a Itália, que aprovou o sistema brasileiro e passará a adotá-lo. Isso, porque, a formação profissional em Jornalismo, no País, segue uma linha de ênfase no humanismo, com a inserção do aluno no ambiente acadêmico, fazendo uso de conhecimentos oriundos da Filosofia, Sociologia, Antropologia, Economia, Psicologia, Letras, Estética, dentre outros.

Além da visão otimista quanto ao modelo de estágio universitário em Jornalismo praticado atualmente, no Brasil, Valverde (2006) defende seu enquadramento como obrigatório nos cursos de formação profissional: “A volta do estágio em Jornalismo, como item de obrigatoriedade para a obtenção do diploma em nível superior, inaugurará uma nova etapa na profissão de jornalista no Brasil.”

A proibição e a legalização do estágio estão ligadas à questão da exploração da mão de obra estudantil, ao momento político no País (se favorece ou não a Liberdade de Imprensa) e à regulamentação das atividades profissionais em Jornalismo (como a proibição de estágio). O presente artigo não esgotará tais fatores.

O impasse na área de Jornalismo, como campo de formação de profissionais (academia), no próprio exercício da habilitação (mercado de trabalho), baliza dois referenciais distintos de grupos de jornalistas: os humanistas e os tecnicistas.

De acordo com Steinberger (2000), ter dois referenciais técnicos em Jornalismo acarreta práticas contraditórias no seguinte aspecto: enquanto os norte-americanos adotam a concepção de que a imprensa é um negócio (advindo da técnica), os europeus veem a profissão como um sacerdócio (advindo do dever moral de informar a sociedade). Para a autora, boa parte dos conflitos identitários no campo jornalístico brasileiro origina-se da dificuldade de conciliar esses opostos.

Parte do campo profissional do Jornalismo aceita a imposição ostensiva dos pressupostos de *Objetividade*. A outra parte não tem nem força para contestar. Mendes (1997) explica que é o pressuposto de *Objetividade* que traz o profissionalismo à atividade jornalística (advinda da técnica). Há a concepção de uma especialização e dedicação ao labor. O processo de institucionalização do Jornalismo, como profissão no Brasil, data da chegada desse referencial. O que era chamado de Jornalismo Romântico ganhou inferência de incompetência. A passionalidade no lidar com a profissão foi condenada à objetividade, proclamada a meta principal, a fim de conquistar mentes e corações do público em um novo momento histórico que se firmava. Para o autor, houve uma espécie de ruptura entre um padrão de comportamento disseminado desde o Brasil colônia e outro que se autoproclama mais jornalístico ou profissional, surgido no começo da década de 60. Porém, como elementos tanto de um, como de outro modelo se mantiveram, apesar das transformações; os conflitos se estabelecem na caracterização do que é o novo e o velho, o ultrapassado e o modernizante, numa forma equivocada, linear de perceber a trajetória da profissão.

Mendes (1997) acredita que os jornalistas mais velhos, do *Jornalismo Opinativo*, se colocam como “antiprofissionais” (MENDES, 1997, p. 71), por não aceitarem as demandas do mercado noticioso, padronização da informação e produtos noticiosos. Enquanto que os dito profissionais (modelo de *Jornalismo Informativo*) buscam monopolizar a qualificação de “profissional modelo” (p. 71), como uma espécie de violência simbólica, na qual quem corresponde ao modelo é profissional, e quem não, é amador.

O que esta discussão (tecnicismo x humanismo) traz para a questão do estágio universitário, entendido como prática assistida, é que a experiência de labor do estudante em Jornalismo, no Brasil, passa por dois tipos de tensões identitárias:

- **Parâmetro legal:** o estágio é proibido por lei, mas acontece a despeito da norma, pois gerações de jornalistas são formadas a cada ano e o mercado de trabalho demanda profissionais, à medida que crescem as empresas, o fluxo informacional, a produção de produtos e serviços noticiosos e a influência da mídia na sociedade. Há certa incoerência entre o que a norma prescreve sobre o estágio em Jornalismo (proibição), a realidade do mercado de trabalho e da necessidade de prática assistida dos estudantes.
- **Modelo de jornalismo:** o modelo de jornalismo norte-americano (tecnicista) e europeu (humanista) também alimenta uma tensão identitária que muitas vezes não é facilmente resolvida pelos

estudantes e, nem mesmo, pelos centros de formação e o mercado de trabalho. A discussão sobre se Jornalismo se aprende na teoria ou na prática parece ser insuperável nos bancos das universidades ou mesmo nos postos de trabalho. Mendes (1997, p. 17) destaca que esses aspectos contraditórios do mundo profissional do jornalismo parecem criar um clone do que a profissão é para dissimular o que ela gostaria de ser, e onde deseja chegar.

Folquening (2001) estudou a consciência dos estudantes de Jornalismo sobre o humanismo inerente à atividade jornalística. Uma de suas entrevistadas evidencia bem o conflito de dois referenciais de Jornalismo (*jornalismo opinativo* e *jornalismo informativo*) já na graduação: “Alguns professores que falam de ter emprego, de que o importante é saber fazer bem as coisas para encontrar um lugar no mercado de trabalho. Tem outros que parecem achar que o Jornalismo é igual a uma igreja que vai salvar a humanidade, que a gente tem que saber tudo e entender de tudo para resolver os problemas do mundo inteiro”.

Essa fala evidencia certa ambiguidade no perfil do jornalista em formação que, ora oscila para a intervenção social, ora para a mera aplicação da mão de obra frente a uma demanda do mercado de trabalho. A dualidade no perfil do jornalista brasileiro é inerente à categoria profissional. Para Senra (1997, p. 14), por ser uma profissão eternamente “candidata”, sem os contornos originários de uma autêntica atividade profissional, a identidade profissional do jornalista padece de uma ambiguidade, por assim dizer, histórica. Para a autora, esta ambiguidade tem presidido o autorreconhecimento do profissional e que talvez esteja igualmente na origem da necessidade recorrente de acentuar as linhas de um perfil por si mesmo pouco definido.

## Jornal-laboratório: a prática e o dilema técnico-humanista

Para Oliveira (2007), o jornal-laboratório tem como função a inserção dos estudantes do curso de Jornalismo no mercado de trabalho, para desenvolver processos e técnicas jornalísticas apreendidos na sua vivência teórica. Para a autora, é a crítica da sala de aula a ser transportada para as páginas do jornal-laboratório. Essa ideia de simulação do cotidiano profissional é comum aos pesquisadores do tema.

Com a proibição do estágio universitário em Jornalismo, em 1979, o jornal-laboratório tornou-se praticamente obrigatório nos cursos de formação por assegurar a experiência prática dos alunos dos cursos e a ligação com o mercado de trabalho, ainda que fosse de modo simulado. No período de 1969 (regulamentação da profissão) até 1979 (proibição do estágio) havia um desequilíbrio no mercado. Segundo Pacheco (2007), as redações dos jornais estavam cheias de estudantes de jornalismo (malremunerados) e um grande número de profissionais desempregados. Para o autor:

Os Jornais laboratórios surgiram depois da instituição do decreto 83.284/79 que proibia em seu artigo 19 o estágio profissional para os graduandos em jornalismo e relatava que constitui fraude a prestação de serviços profissionais gratuitos, ou com pagamentos simbólicos, sob pretexto de estágio, bolsa de estudo, bolsa de complementação, convênio ou qualquer outra modalidade, em desrespeito à legislação trabalhista e a este regulamento. (PACHECO, 2007, p.1).

Depois deste marco, durante os anos 80, a experiência prática nos jornais laboratoriais era feita com poucos recursos e de modo simplório. Com a chegada dos computadores pessoais e da internet nas universidades, na década de 90, o espaço de simulação da prática jornalística ganhou qualidade nos processos de composição, edição e impressão. O baixo custo de composição de material impresso também proporcionou o surgimento das agências universitárias de notícias. Para Viera:

O jornal-laboratório constitui espaço essencial de ensino aprendizagem para a formação de jornalistas na universidade. Sua função é a de criar ambiente propício para a reprodução dos processos jornalísticos, em situações práticas, vivenciadas pelos alunos, das quais os professores extraem evidências para explicar as teorias que embasam a profissão. Assim, o alunado abrange uma visão de erros e acertos práticos, ou melhor, daquilo que é adequado ou inadequado como diretrizes de produção editorial impressa. (VIEIRA, 2002.p. 10).

Santos (2007) faz uma distinção em relação à produção do jornal-laboratório: os jornais escritos para o público interno da universidade e os voltados para a comunidade ao redor. Para o autor, quando há agências universitárias de notícias, o foco é o público externo.

O jornal-laboratório feito pelos estudantes de Jornalismo vai além da mera simulação da prática jornalística. A eficácia está no alcance da notícia

produzida pelo estudante de Jornalismo na universidade e na comunidade ao redor. Para Oliveira,

é na universidade que o aluno deve receber o treino, através da didática aplicada no jornal-laboratório. Isto porque o espaço da universidade permite que se alie o processo de produção à reflexão do fazer jornalístico. Não só simular situações profissionais, mas também vivenciá-las tomando conhecimento de visão de conjunto ao que rege toda a estrutura do processo jornalístico na elaboração de um jornal impresso. (OLIVEIRA, 2007, p. 108).

Para Oliveira, o jornal-laboratório, por ser um espaço de experimentação, oferece vivências em coberturas pouco comuns ao noticiário tradicional das empresas de comunicação. Para a autora,

o aluno deve buscar utilizar os seus conhecimentos e sua criatividade ao produzir os textos com a clareza de saber diferenciar assuntos de interesse pessoal de assuntos de interesse público. Todo o processo técnico de uma estrutura para a produção de um periódico impresso como a escolha da pauta, a escolha das fontes, a fotografia, a redação, a apuração, a edição até a publicação, em discussão com os colegas, pode construir alternativas diferenciadas dos modelos já existentes de jornais no mercado capital. (OLIVEIRA, 2007, p. 116).

Santos (2007, p. 107) considera que o objetivo do jornal-laboratorial não está em “ensinar técnicas, mas aplicar conceitos que contribuam para formar um profissional mais consciente de seus atos e de seu papel no contexto social”. O autor entende que o exercício acadêmico deve extrapolar os muros das técnicas ensinadas em sala de aula, além de contribuir para transformar o jovem em um profissional mais crítico e com visão próxima da realidade.

O jornal-laboratório como espaço da prática jornalística, em caráter experimental, proporciona uma práxis qualificada aos estudantes de Jornalismo. Diferente do estágio universitário, o crivo do jornal-laboratório é menos rigoroso. O erro não implica sanções da realidade profissional como demissão.<sup>2</sup> Contudo, o fato de ser experimental não quer dizer que não haja responsabilidade estudantil e profissional.

<sup>2</sup> O aluno pode ser até excluído do grupo redatorial, mas não pode ser excluído do projeto pedagógico das disciplinas de Jornal-laboratório.

O jornal-laboratório, inserido no espaço da reflexão científica e de sua experimentação, proporciona ao estudante de Jornalismo uma liberdade que pode não ser encontrada futuramente na prática profissional cotidiana. O experimentalismo que ora evidencia a fragilidade do formato, ora impulsiona a liberdade de trabalho (isenta de pressões às quais estão submetidas as redações profissionais). Para o professor D. Lopes (2006),

Fazer jornal-laboratório não é um mero exercício escolar, nem apenas treinamento, mas uma forma de começar a transformar o estudante num profissional crítico, disposto a transformar e ajudar a melhorar um pouco a sociedade em que vive. Para isso, entretanto, deve escrever matérias de interesse do leitor, ou melhor, produzir um veículo que ajude o receptor a se posicionar criticamente diante do seu mundo. E não um produto visando à aprovação no curso.

Claro, que todos esses pontos dependem muito da visão que os orientadores dos projetos têm da profissão de jornalista e da sua responsabilidade na formação dos alunos. (SANTOS, 2007, p. 252).

Lopes (2006) resume em três pontos os objetivos maiores dos jornais laboratoriais na formação jornalística:

- 1 – Formação de consciência crítica, caracterizada, principalmente, pela responsabilidade social do estudante e seu compromisso com o leitor, que devem ser sempre evidenciados pelos orientadores dos projetos;
- 2 – A utilização do jornal-laboratório como contribuição à formação ética do aluno, ajudando em seu crescimento pessoal e posicionamento crítico na vida. Deve ser reforçada a divulgação da informação correta, visando sempre ao interesse social e coletivo. Compromisso com a verdade e com a apuração precisa dos acontecimentos. Um outro aspecto fundamental é conscientizar o estudante da luta pela liberdade de pensamento e expressão [...];
- 3 – Um outro ponto a se destacar é o jornal-laboratório colaborando para a construção da cidadania, através do compromisso com o social que desperta o aluno para a solidariedade, dando voz ao povo, ao contrário da imprensa tradicional que, em grande parte, só veicula o discurso do poder. Isso vai ao encontro a uma colocação do jornalista José Hamilton Ribeiro (ex-repórter da revista Realidade, atualmente no Globo Rural), durante um debate na Cidade de Santos, na década de 80: “Falta uma Editoria de Povo nos jornais brasileiros.” (LOPES, 2006, p. 251).

Se os objetivos elencados por Lopes (2006) forem assegurados, os estudantes tendem a ganhar com isso. Para o autor, visar o interesse social e coletivo é um valor deontológico que define a profissão de jornalista, segundo o *Código de Ética dos Jornalistas*. Tal referencial pode ser vivido desde a graduação.

Santos (2007) considera que o jornal-laboratório não deve reservar para si a dimensão de “jornalzinho do curso”. Para o autor, qualquer concepção de produto experimental deve passar pela produção de conhecimentos novos, que agreguem valor aos jovens estudantes e contribuam para o seu desenvolvimento acadêmico. Tal concepção (no entendimento do autor) serve para unir as conceituações teóricas às técnicas jornalísticas e à visão social (que deve permear o papel do aluno-jornalista).

Santos (2007) questiona o papel social do jornal-laboratório em relação à responsabilidade social, referencial que, desde o curso universitário, deve fazer parte do cotidiano do estudante de Jornalismo. Para o autor,

É papel da universidade é realizar ações voltadas para o bem-estar social. Porém, quando tais atividades são lembradas, o que primeiro vem à mente são os cursos de Saúde, por exemplo, como Fisioterapia, Odontologia, Medicina, que oferecem clínicas para atendimento à população servindo de ensino aos alunos e contribuindo para o bem-estar coletivo. Neste sentido, o curso de Jornalismo raramente é lembrado como incentivador de atividades que também possam contribuir para o bem-estar da coletividade. E um importante mecanismo para se atingir este objetivo é por meio de produtos laboratoriais, sejam atrelados às disciplinas ou como forma de extensão. Mas não basta ter um produto bem acabado, se não há um envolvimento, uma filosofia própria e um compromisso social para atingir este propósito. São os famosos ‘bonitinhos, mas ordinários’, ou seja, produtos bem elaborados esteticamente, mas com conteúdo oco e que pouco contribuem para atender o público e, principalmente, garantir ao aluno uma visão mais ampla do processo pré-profissional, que não se limita apenas ao fazer jornalístico, mas também ao pensar jornalístico e o impacto social a qual ele está inserido. (SANTOS, 2007, p. 257).

Desde a experiência universitária, os dilemas relativos à dimensão técnica do jornalismo são experimentados. A divisão de trabalho, na instituição de uma hierarquia funcional entre os estudantes (editores, repórteres), reproduz o contexto administrativo das empresas de comunicação. O jornal-laboratório, como prática acadêmica, tem contornos pedagógicos que influenciam a percepção do *Fazer jornalístico*, desde a formação profissional. Sendo que, muitas vezes, torna-se único espaço de exercício

das técnicas de jornalismo e de aplicação dos conhecimentos teóricos. A maior crítica aos jornais laboratoriais está na questão de algumas instituições de ensino utilizarem o viés comunitário do jornal para celebrar e divulgar projetos e atividades da própria faculdade/universidade, funcionando como um *house organ*:

A legislação que rege os cursos de Jornalismo explicita que toda universidade/faculdade que oferece um curso de Jornalismo deve dispor de um veículo (comumente designado de jornal-laboratório) onde os futuros profissionais de imprensa possam, na prática, aplicar os conhecimentos adquiridos e experimentar novas propostas. Infelizmente, muitas instituições de ensino (e muitas chefias que dirigem os cursos de Jornalismo) parecem não ter entendido o “espírito da coisa” ou, por cumplicidade/má fé, resolveram transformar o jornal-laboratório num verdadeiro “frankstein pedagógico”. Na verdade, têm transformado este veículo, fundamental para a formação do jornalista, num house-organ, um jornal a serviço da faculdade, quase sempre caracterizado pelo tom institucional, propagandístico, reduzido a um canal de promoção de reitores, chefes de gabinete, chefes de departamento, diretores de unidades e outras autoridades vaidosas do ensino, da pesquisa e da extensão. Buscando ostensivamente burlar a legislação, aproveitam de mão-de-obra gratuita para “perpetrar” um veículo que nada tem a ver com laboratório, na medida em que se vale de uma fórmula surrada, pouco criativa e que ainda agrega outros atributos condenáveis para a formação de um jornalista, como a censura e a autocensura. Na verdade, elas, muitas vezes estão disfarçadas, mas são reais, na medida em que a direção mantém o controle sobre a pauta, as fontes, o sistema de produção jornalística enfim. (BUENO, 2008, p. 1).

Os *house organs* também surgiram no âmbito do ensino em Jornalismo com a prescrição curricular de uma cadeira em Assessoria de Comunicação. Além deles, o apelo humanístico traz à tona a prática de leitura crítica de mídia, com a instituição de observatórios de imprensa. Além da ampliação da prática simulada dos jornais laboratoriais, recentemente, emerge o paradigma das agências de notícia.

## Novas ferramentas pedagógicas: três modalidades recentes

A despeito das contradições oriundas das práticas de estágio universitário e do jornal-laboratório, ressaltamos a emergência de novas ferramentas pedagógicas na formação de jornalistas: as agências universitárias de notícias (1), os *house organs* universitários (2) e os observatórios de imprensa (3). Diferentemente da formação tecnicista, vigente no Brasil nas primeiras escolas de formação em Jornalismo (ênfase na técnica), o paradigma atual da graduação é de garantir que seus alunos sejam autônomos e críticos, por meio da aquisição de conhecimentos, em perspectiva global, e que contribuam para a transformação do ambiente social, já durante a formação de jornalistas. Souza (2008) prescreve que muitos cursos são organizados de forma flexível e vinculados a atividades de extensão universitária ou mesmo a serviços e produtos institucionais dos centros de Ensino Superior.

**1) Agências universitárias de notícias:** a criação das agências está muito ligada à gestão das novas tecnologias em Comunicação. Os jornais laboratoriais sempre tiveram a tradição de serem no formato impresso. Já, esta modalidade, vincula a atuação do estudante à performance do webjornalismo. Muitas delas atuam também a divulgação científica, por meio do *Jornalismo Científico*, sem se confundir com o trabalho das assessorias de imprensa das instituições de ensino, traduzindo alguns conteúdos também para melhor entendimento da comunidade próxima à universidade. Algumas experiências já foram objeto de investigação científica. (OLIVEIRA, 2010).

**2) *House organs* universitários:** em alguns cursos, principalmente os de Comunicação Social, que tem habilitações nas três áreas: Jornalismo (1), Publicidade e Propaganda (2) e Relações Públicas (3), é muito comum haver um jornal laboratorial específico de Jornalismo com um viés mais de reportagem. Já a ferramenta voltada para os estudantes de RP tem um enquadramento mais institucional. O grande perigo nestas duas ferramentas é no mau uso e direcionamento dado no plano pedagógico da instituição. (OLIVEIRA, 2010).

Muitas vezes, os jornais laboratoriais de Jornalismo, que deveriam estar vinculados à reportagem, fazem matérias apenas sobre a instituição de Ensino Superior mantenedora do veículo, no sentido de divulgar ações

organizacionais ao público leitor (comunidade próxima, estudantes, famílias de estudantes). O que seria legítimo, no formato em Relações Públicas, mas não no Jornalismo. Bueno discorre sobre essa situação:

Não é razoável tolerar este cinismo e essa hipocrisia profissional. O jornal-laboratório é, por conceito, um espaço para experimentação, para ousadias, para novas propostas que devem ser colocadas além do mercado e não refém daquilo que aí está. Ao propor o jornal-laboratório como house-organ, as universidades e os cursos de jornalismo estão abrindo mão da capacidade de investigação, violentando o processo essencial da apuração dos fatos, e reduzindo o “ethos jornalístico” à badalação de pessoas e autoridades que detêm poder na instituição. São elas que definem as pautas, empurrando-as goela abaixo dos futuros profissionais que podem, a partir desta experiência nociva, imaginar que o jornalismo se pratica em ambientes refrigerados, onde predominam a harmonia, os “tapinhas nas costas”, as fontes sempre disponíveis e a ausência de questionamentos. (BUENO, 2008, p. 1).

Bueno vai além e compartilha essa tensão entre docentes e discentes:

Os alunos de jornalismo, e também os professores de jornalismo (muitos são cúmplices desta farsa pedagógica), precisam reagir imediatamente a esse processo que tem contribuído para a formação de profissionais-adesistas, de jornalistas de gabinete, frequentadores ruidosos de coletivas e entusiastas das viagens “a convite de”. Nada, nada mesmo contra os house-organs, pelo menos os house-organs de verdade (a maioria dos que são editados pelas organizações não passa de “folders” mal elaborados) que cumprem um papel fundamental no Jornalismo e na Comunicação Empresarial. Abaixo o jornal-laboratório de fachada, este “jabá” pedagógico-institucional que está grassando nas

universidades e cursos de jornalismo. Está na hora de dar um basta a essa violência contra o mercado profissional. O jornal-laboratório de que precisamos não deve estar sob a tutela de reitores ou de diretores de unidades, muito menos de chefias de departamentos que não têm compromisso com a cidadania, com a educação para a liberdade. (BUENO, 2008, p. 1).

Essas contradições entre jornal-laboratório de cunho jornalístico (reportagem) e de relações públicas (organizacional) já foi objeto de investigações acadêmicas na área da Linguística e da Comunicação: Oliveira (2010), P. Filho (2008) e Mota (2007).

**3) Observatórios de imprensa:** algumas escolas vinculam seus cursos de extensão universitária, que têm um cunho social, às organizações como a Rede Nacional de Observatórios da Imprensa (Renoj). Nesta prática específica, com abordagem bem humanística e cidadã, sobre a leitura crítica de mídia, os estudantes frequentam laboratórios que produzem artigos, notícias e releases com a avaliação ética sobre a cobertura da mídia. A iniciativa já existe há aproximadamente 10 anos e é similar ao Observatório da Imprensa (os chamados *media watcher*). Christofoletti descreve este fenômeno da seguinte forma:

Com o lançamento da Renoi, pavimentou-se uma parceria com o Observatório da Imprensa, que republica em sua seção “Diretório Acadêmico” alguns dos textos produzidos pelos diversos nós dessa rede. Se, por um lado, os projetos da Renoi ganham maior visibilidade na grande vitrina do Observatório, por outro, é oferecido ao site um mosaico da produção acadêmica de crítica de mídia em diversos cantos do Brasil. (CHRISTOFOLETTI, 2006, p. 1).

A Renoi é composta por cerca de 40 pesquisadores de 16 instituições de Ensino Superior em 11 estados. Todas as regiões brasileiras são contempladas. No Norte, fazem parte professores e alunos ligados à Agência Unama, da Universidade da Amazônia, com foco em pesquisas sobre Comunicação, Infância e Adolescência; no Nordeste, compõem a

rede pesquisadores das universidades federais de Sergipe (UFS), da Paraíba (UFB) e do Rio Grande do Norte (UFRN); na região Centro-Oeste, estão vinculados dois grupos de pesquisa da Universidade de Brasília (UnB); no Sudeste, estão o Unasp, a Universidade do Sagrado Coração e a Unisanta, todos no interior de São Paulo, a Unilinhães, o Centro Universitário Fluminense, no Rio, a Universidade do Triângulo e a Faculdade Estácio de Sá, ambas em Minas Gerais. Da Região Sul, estão pesquisadores da Universidade do Vale do Itajaí, de Santa Catarina, e da federal do Paraná (UFPR).

Cada um desses nós da rede representa uma vitrine da mídia local, fazendo observação sistemática dos órgãos de imprensa, exercendo a crítica aos processos e às práticas jornalísticas. Cada uma dessas iniciativas tende a produzir diagnósticos de suas realidades midiáticas, ajudando a compor um mosaico nacional. (CHRISTOFOLETTI, 2006).

A leitura crítica de mídia, institucionalizada nos Observatórios de Mídia ou Observatórios de Imprensa, são tidos por Seligman (2008) como uma forma de educar a população para a mídia. Nesta tarefa, os estudantes de Jornalismo, além de aprenderem sobre os princípios éticos e legais da boa cobertura jornalística, ensinam com suas análises a criar uma cultura de fiscalização da mídia pelo próprio cidadão. A autora fez uma investigação sobre esta prática em todo o Estado de Santa Catarina, em relação ao acesso, à discussão e à educação da população para a mídia, sobre como exigir seus direitos e acompanhar a aplicação de políticas públicas que fossem de interesse de dada comunidade.

Ressaltamos que esta ferramenta pedagógica tem cunho extremamente humanista (e até assistencialista, no sentido de amparo social, e a vinculação desses projetos à extensão universitária).

## Conclusão

O presente artigo não teve como ambição resolver questões que se impõem como endêmicas no campo do jornalismo e na formação profissional de jornalistas. O intuito foi trazer à tona dados históricos e contextuais que pudessem propor a reflexão, principalmente, sobre as práticas de estágio universitário e jornal-laboratório, no Brasil, os quais substanciamos com

um panorama histórico maior. Contudo, não poderíamos negligenciar a emergência de novos formatos e ferramentas pedagógicas dentro do âmbito da graduação em Jornalismo.

A discussão pedagógica sobre teoria, prática, humanismo e tecnicismo, por vezes, esbarra em fatos históricos como falhas jurídicas, como a proibição do estágio em Jornalismo, apesar de sua prática ser corrente no mercado de trabalho. Escolhemos falar da experiência do labor vivida, nos cursos de graduação, principalmente, pelo exercício do estágio universitário (prática assistida) e pelo jornal-laboratório (prática simulada) no intuito de apontar para algumas contradições e incoerências na formação dos estudantes que sequer são dos centros de ensino, sendo conjuntura da estruturação do próprio Jornalismo no Brasil (efeito do modelo norte-americano e europeu, período de regime democrático e militar, emergência de novas tecnologias, etc.). Faltam, nos fluxogramas dos cursos de graduação, disciplinas que tratem exatamente da questão imbricada e complexa do processo de formação e estruturação da atividade jornalística no País, pois o que se vê são os alunos praticando o labor (de forma assistida ou simulada) e reclamando dos cursos de graduação, sem saber que a própria profissão sofre de contradições ainda não superadas. A prática de estágio proibido por lei e, necessitada pelo mercado, é só uma das grandes questões. Sem falar no propósito de alguns jornais laboratoriais de reportagem que se prestam a informes organizacionais de relações públicas, assim como agências de notícias universitárias que passam a produzir conteúdo para as assessorias de imprensa de instituições de ensino.

## Referências

BRASIL. *Decreto-lei 972*, de 17 de outubro de 1969.

BRASIL. *Decreto 083.284*, de 13 de março de 1979.

BERGAMIN, Bruno. *O jovem universitário de Comunicação Social e sua cosmovisão*. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – PUCRS, Porto Alegre, 2000.

BUENO, Wilson. *Jornal-Laboratório ou House Organ?* 2008. Disponível em: <<http://portalimprensa.uol.com.br/colunistas/colunas/imprensa185.shtml>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Rede de observatórios: Renoi avança e consolida experiências de observação. *Observatório da Imprensa*, ano 16, n. 689. Edição 373. 20/03/2006. Disponível em: <[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/renoi\\_avanca](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/renoi_avanca)>. Acesso em: 15 mar. 2013.

DIAS, Robson. *A influência do prêmio Jornalista Amigo da Criança sobre o profissional de jornalismo: um estudo de caso*. 2008. 326 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

FILHO, Mario. *Jornal laboratório: uma atividade pedagógica muito além do exercício de marketing*. 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Umesp, São Paulo, 2008.

FILHO, Paulo. *Graduação em comunicação social e tecnologia da informação e comunicação (TIC): refletindo sobre o currículo*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPR, Curitiba, 2008.

FOLQUENING, Vitor. *O humanismo entre os futuros jornalistas: um estudo das representações de acadêmicos de Comunicação Social*. 2001. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – UEPG, 2001.

\_\_\_\_\_. *O jornalismo é um humanismo*. Curitiba: Pós-Escrito, 2002.

LOPES, Dirceu. *Jornal laboratório: muito além do treinamento*. ECA/USP. Publicado no veículo laboratorial *Primeira Impressão*, novembro de 2006.

MELO, Paulo. *A formação atual do comunicador social no Brasil: ECA/USP, um estudo de caso*. 2006. Tese (Doutorado em Comunicação) – Unicamp, Campinas, 2006.

MENDES, Ricardo. *As disputas no campo profissional do jornalismo*. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFSCar, São Carlos – SP, 1997.

MOLOTCH, H.; LESTER, M. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos: In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e histórias*. Lisboa: Vega, 1993

MOURA, Cláudia. *A comunicação social na legislação de ensino brasileira: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares*. 2000. Tese (Doutorado em Comunicação) – USP, São Paulo, 2000.

MOTA, Guadalupe. *Projeto gráfico em jornal-laboratório: ensaio de novas linguagens ou mimetismo mercadológico*. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – USP, São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Michelle Roxo. *Discursos sobre o Dever-Ser Jornalístico: construindo um capital simbólico*. Trabalho apresentado ao NP 02 – Jornalismo, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2007.

OLIVEIRA, Dennis de; RODELLI, Patrícia. *Jornal-laboratório: prática extensionista articulada com a dimensão ética do jornalismo*. *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*, Brasília, v.1, n.1, p.106-125, abr./jul. 2007. Disponível em: <[www.portcom.intercom.org.br](http://www.portcom.intercom.org.br)>. Acesso em: 12 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. *Jornal-laboratório: das intervenções didáticas do professor-editor à produção escrita do aluno-jornalista*. 2010. Tese (Doutorado em Linguística) – UEL, Londrina, 2010.

ORLANO, Simone. *Perspectivas de estudo sobre o discurso para a graduação em Comunicação Social*. 2006. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

PACHECO, Roni. *A importância do jornal laboratório portal na formação do jornalista: a perspectiva do aluno*. 2007. Disponível em: <[www.jornalismo.ufsc.br/redealcar](http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar)>. Acesso em: 12 dez. 2012.

PACHECO, Roni. *A importância do jornal laboratório portal na formação do jornalista: a perspectiva do aluno*. 2011. Disponível em: <[www.jornalismo.ufsc.br/redealcar](http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar)>. Acesso em: 12 dez. 2013.

RODRIGUES, Regina. *A formação humanística no curso de jornalismo das intenções às práticas*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – PUC-Campinas, Campinas, 2007.

SAKATA, Marici. *Globalização e educação: a formação do comunicador social na América Latina*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – USP, São Paulo, 2008.

SANTOS, Fernando. *Prática e aprendizado: a importância da agência universitária de notícias como jornal laboratório na formação do jornalista*. 2007. Tese (Doutorado em Comunicação) – USP, São Paulo, 2007.

SELIGMAN, Laura. *A escola e a formação do leitor crítico da mídia políticas públicas no Brasil e em Santa Catarina*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Univali, Joinville, 2008.

SENRA, Stella. *O último jornalista: imagens do cinema*. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

STEINBERGER, Margarethe. *A ética do jornalismo latino-americano na geopolítica da pós-modernidade*. In: DOWBOR, Ladilau et al. (Org.). *Desafios da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, Ricardo. *Planos de ensino e formação continuada de professores: o curso de comunicação social da Universidade Cidade de São Paulo*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Uniced, São Paulo, 2008.

TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.

VALVERDE, Franklin. *O papel pedagógico do estágio na formação do jornalista*. 2006. Tese (Doutorado em Comunicação) – USP, São Paulo, 2006.

VIEIRA, Antônio. *Uma pedagogia para o jornal laboratório*. 2002. Tese (Doutorado em Comunicação) – USP, São Paulo, 2002.